



Fundação Algarvia
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

*Apresentar parecer favorável
relatório e contas da
Comunidade, do
Conselho de Administração,
em 15/03/2023
O Presidente do C.A.*

Handwritten notes and signatures on the right margin.

RELATÓRIO E CONTAS 2022



Faro, 15 de março de 2023



ÍNDICE

1. RELATÓRIO	2
1.1 Introdução	3
1.2 Síntese	3
1.3 Respostas Sociais Atuais	6
1.3.1. Educação	6
1.3.2. Saúde	6
1.4. Respostas Sociais Futuras	7
1.5 Actividades Culturais	7
1.6 Manutenção de Imóveis	8
1.7 Marketing	8
1.8 Recursos Humanos	9
1.9 Análise Económica	9
1.9.1. Resultados	9
1.9.2. Rendimentos	10
1.9.3. Gastos	11
1.9.4. Outros indicadores	12
1.10 Fornecedores	13
1.11 Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício	13
1.12 Agradecimentos	13
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2022	15
2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2022	16
3. PROPOSTA	17
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	18
5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	20
6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	23

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem o Conselho de Administração, após proposta da Comissão Executiva, submeter à aprovação do Conselho de Administração, o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Pretende-se com este documento fazer a síntese da atividade desenvolvida pela FADS durante o ano de 2022, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspectivas de evolução futura.

A redação de um Relatório de Gestão e Contas implica um processo de reflexão e avaliação dos resultados, face a uma perspetiva inicial, ponderada e planeada, tendo em consideração os objetivos que nos propusemos alcançar.

Nos últimos anos, em consequência dos efeitos da pandemia e do aumento muito significativo da inflação, fomos confrontados com novos desafios e obrigados a reinventar soluções e alternativas, assumindo um objetivo de inovação e de modernização das nossas respostas.

Importará, no entanto, assumir uma gestão equilibrada de utilização dos recursos disponíveis, implementando um critério ainda mais rigoroso no controlo da despesa e na concretização de investimento.

Ano de grandes aprendizagens, de avaliação do que somos e podemos ser, dos nossos limites e das nossas potencialidades, quando ultrapassarmos esta adversidade estaremos preparados para enfrentar o futuro com os desafios que este nos coloca. É esse o nosso compromisso.

1.2 Síntese

Ao longo dos últimos exercícios a evolução das receitas não tem acompanhado a evolução das despesas. Os efeitos colaterais da pandemia e o crescimento galopante da inflação provocaram um aumento muito significativo dos gastos da FADS.

Esta situação provoca elevadas dificuldades na gestão e a FADS tem apresentado resultados negativos sucessivos. Esta situação deriva de um conjunto de situações, tais como:

- Aumento insuficiente das comparticipações do estado para exploração das respostas sociais na área da educação e da saúde;
- Aumento insuficiente ou inexistente das comparticipações familiares fruto das diminuições dos rendimentos familiares;
- Aumento da taxa de Segurança Social;
- Aumento dos gastos com pessoal derivado do cumprimento dos contratos coletivos de trabalho;
- Aumento dos custos de funcionamento impulsionados pelo efeito da pandemia;
- Aumento da inflação para máximos de várias décadas;
- Aumento da taxa de juro.

O Conselho de Administração considera que a situação que vivemos ao longo destes últimos anos teve um elevado impacto económico e financeiro com perda importante de rendimentos e aumento significativo dos gastos, implicando a necessidade, já anteriormente identificada, de encontrar formas alternativas de financiamento. Sem a reestruturação financeira do passivo bancário e o aumento das comparticipações do estado o futuro da FADS será cada vez mais difícil, podendo a sua continuidade estar em causa.

Pautámos a nossa atividade com muita prudência e segurança, quer nos actos de investimento praticados, quer na gestão diária e corrente, impondo uma dinâmica empresarial, especialmente no controlo de custos e avaliação da performance. Foi efetuado um controlo de gestão e avaliação da performance por centro de custos, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as respostas sociais e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos.

Todas as decisões tomadas, indispensáveis ao bom funcionamento da instituição, decorreram da realização de diversas reuniões, destacando-se, para além das reuniões do Conselho de Administração, as reuniões mensais da Comissão Executiva.

Durante o ano de 2022, tal como nos anos anteriores, foi realizado um enorme esforço para a negociação de todo o passivo bancário, de forma a libertar a tesouraria da FADS no curto e médio prazo. É nosso objetivo terminar este processo durante o 1.º quadrimestre de 2023.

A Administração considera que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são entidades sem fins lucrativos cuja sobrevivência depende de subsídios efetuados por outras instituições. Neste âmbito encetámos contactos com um conjunto de entidades no intuito de encontrar eventuais mecenas interessados em apoiar e/ou partilhar este projecto.

O processo de acreditação da Fundação enquanto entidade formadora está concluído com sucesso. Pretendemos ser uma entidade de referência na área da formação de educação e da saúde.

Para além da gestão dos equipamentos sociais existentes, pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos na área da educação e saúde, nomeadamente através da prestação de serviços de formação, serviço de apoio domiciliário e serviço de transporte de doentes. Foram constituídas equipas de trabalho para preparar e trabalhar nestes novos projetos.

Estudámos e analisámos em profundidade todos os apoios que foram criados pela segurança social e outras instituições, no intuito de expandir, modernizar e diversificar a nossa actividade.

Respondendo às recomendações da Segurança Social continuámos a preparação do processo de gestão da qualidade. Pretende-se preparar uma futura certificação da instituição.

Efetuámos um controlo de gestão por atividade, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as respostas sociais e elege os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível melhorar a sustentabilidade da FADS.

Tal como em anos anteriores beneficiamos da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

1.3 Respostas Sociais Atuais

1.3.1. Educação

A FADS tem um conjunto de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças a partir dos 3 meses. Estas respostas sociais têm como objetivos apoiar as famílias e promover o desenvolvimento pessoal e social da criança num ambiente seguro.

No âmbito dos apoios sociais a crianças e jovens a FADS desenvolve atividade nas seguintes respostas sociais:

- Creche;
- Estabelecimento de educação pré-escolar (Jardim de Infância).

No ano de 2022 efetuámos a gestão de 6 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 417 famílias, repartidas pelas valências da seguinte forma:

Resposta Social	Capacidade Real	Capacidade Ocupada	Desvios
Creche Faro	68	68	0
Jl Faro	75	75	0
Creche Olhão	40	40	0
Jl Olhão	75	75	0
Creche Montenegro	84	84	0
Jl Montenegro	75	75	0
Total	417	417	0

Tabela n.º 1 – Ocupação durante o ano de 2022 | Setor da Educação

No ano letivo de 2022/2023, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa.

1.3.2. Saúde

A exploração da unidade de cuidados continuados integrados (UCCI) Milreu iniciou-se no dia 7 de outubro de 2013 com um contrato-programa que contratualizava a comparticipação de 40 camas. Em agosto de 2015

foram protocoladas mais 7 camas passando a UCCI Milreu a ter 47 camas compartilhadas ao abrigo de um contrato-programa.

Em 2019 foram protocoladas mais 4 camas perfazendo um total de 51 camas, 40 na tipologia de longa duração e manutenção e 11 na tipologia de média duração e reabilitação.

Desde o início da exploração que a taxa de ocupação mensal tem sido, na esmagadora maioria das vezes, superior ao limiar mínimo de 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%, conforme refere a Portaria n.º 189/2008, de 19 de fevereiro.

Em 2022 verificou-se uma ocupação média mensal próxima dos 100% nas camas de longa duração e manutenção. Porém, nas camas de média duração e reabilitação, resultante da situação pandémica e insuficiência de recursos humanos, na maior parte dos meses a ocupação foi inferior aos 85%.

1.4. Respostas Sociais Futuras

Após a estabilização do funcionamento da UCCI Milreu pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos. Foram constituídas equipas de trabalho para estudar e planear os seguintes projetos:

Novo projeto	Ponto de situação
Prestação de serviços de formação profissional	Aprovado pela DGERT
Prestação de serviços de Estrutura Residencial (Lar)	Aguarda aprovação na segurança social
Prestação de serviços de apoio domiciliário	Aguarda aprovação na segurança social

Tabela n.º 2 – Ponto de situação dos projetos futuros

1.5 Actividades Culturais

Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, continuámos a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops* e exposições.

A Fundação, tal como em anos anteriores, deu a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Durante o ano de 2022 iniciou-se a preparação/dinamização dos seguintes eventos:

- Organização do dia da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização de diversos *workshops*;

1.6 Manutenção de Imóveis

Tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição, investimos na manutenção e reparação de todos os imóveis, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais.

Foram efetuados os seguintes trabalhos de reabilitação/melhoramento nas valências:

- Reabilitação da Creche de Faro;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Faro;
- Reabilitação da Creche de Olhão;
- Reabilitação do Jardim de Infância de Olhão;
- Reabilitação da UCCI Milreu.

1.7 Marketing

Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade. Dinamizámos a utilização de redes sociais com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição.

Durante o ano de 2022 estudamos e preparamos a organização e presença num conjunto de eventos que possibilitam dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.

Tal como em anos anteriores realizamos a avaliação da satisfação dos utentes de todas as valências. O resultado é bastante positivo seguindo as avaliações dos anos anteriores.

1.8 Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, quer colaborem com ou dirijam a FADS, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos foi e continua a ser um dos nossos principais objetivos.

A Administração confia em todos os que trabalham na Fundação, mas apelou constantemente para que exerçam um apertado e persistente autocontrolo, que evite o desperdício de recursos.

Em 31 de Dezembro de 2022, a FADS tinha os seguintes colaboradores:

Área	Dependentes	Independentes	Total	%
Educação	88	0	88	54%
Saúde	39	35	74	46%
Total	127	35	162	100%

Tabela n.º 3 – N.º de colaboradores a 31/12/2022

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, possibilitámos, tal como em anos anteriores, diversos estágios aos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve e de outras instituições. Alguns destes estagiários têm sido contratados posteriormente.

1.9 Análise Económica

1.9.1. Resultados

Em 2022 o resultado líquido foi negativo em 137.532 euros. O aumento significativo dos gastos com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos explicam o resultado negativo. O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foi de 116.015 euros. Ambos pioraram face ao período anterior.

No gráfico seguinte observa-se a evolução do resultado líquido e do EBITDA da FADS ao longo dos últimos exercícios.

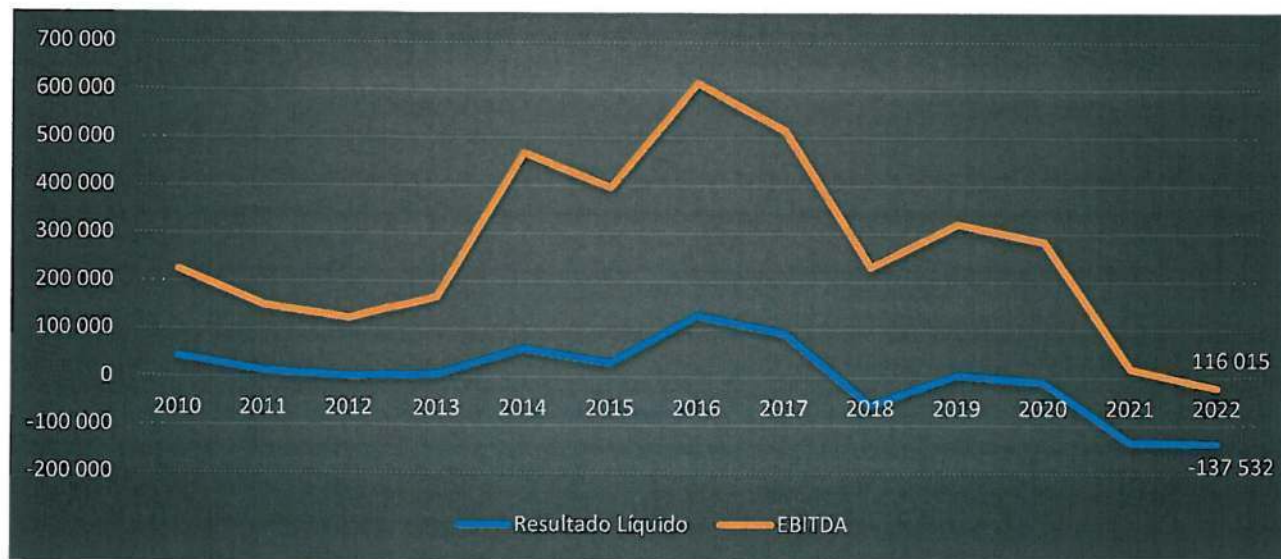


Gráfico n.º 1- Evolução do resultado líquido e do EBITDA

1.9.2. Rendimentos

Os rendimentos totais ascenderam a 3.189.806 euros, registando um aumento global de 8.6%, explicado pelo aumento das comparticipações do estado.

A rubrica de prestação de serviços considera as matrículas e mensalidades de utentes de educação e os encargos de apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu. As prestações de serviços ascenderam a 882.978 euros, registando uma diminuição de 0.4%.

Na tabela seguinte observa-se a evolução das prestações de serviços por área de atividade.

Valência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Varição
Educação	648 208	648 727	689 610	771 204	790 505	874 702	872 170	697 812	668 224	648 208	-3,0%
Saúde	41 180	233 146	265 733	232 148	220 811	243 300	264 409	258 570	218 063	234 770	7,7%
Total	689 388	881 873	955 343	1 003 352	1 011 316	1 118 003	1 136 579	956 382	886 287	882 978	-0,4%

Tabela n.º 4 - Evolução das prestações de serviços por área de atividade

A rubrica de subsídios, doações e legados à exploração considera o seguinte:

Subsídio	Área de Atividade
Contratos de comparticipação financeira Educação	Educação: Creche e Jardim de Infância
Encargos com os cuidados de saúde	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com medicamentos	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com os cuidados de apoio social	Saúde: UCCI Estoi
Encargos com utilização de Fraldas	Saúde: UCCI Estoi

Tabela n.º 5 - Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios à exploração ascenderam a 2.231.541 euros, registando um aumento de 12.4%. Fazendo uma análise por área de atividade constata-se que a área da educação apresentou uma diminuição de 2.8% aumento e a área de saúde um aumento de 23.6%.

Na tabela seguinte observa-se a evolução dos subsídios:

Tipo	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Varição
Educação	905 482	901 417	897 987	891 777	882 071	914 039	923 292	968 481	1 036 850	1 007 394	-2,8%
Saúde	128 624	672 378	723 150	798 037	810 464	789 895	913 722	1 009 127	943 677	1 166 980	23,7%
IEFP	49 786	115 198	80 940	49 440	17 656	28 477	25 981	5 568	47 880	478 900,0%	
Outros		419	5 000	10 000	5 000	5 000	20 771	20 881	4 531	9 287	105,0%
Total	1 088 915	1 697 543	1 717 106	1 749 254	1 715 191	1 737 411	1 883 766	2 004 058	1 985 059	2 231 541	12,4%

Tabela n.º 6 - Evolução dos subsídios por área de atividade

1.9.3. Gastos

Os gastos totalizaram o montante de 3.327.339 euros, o que representa um aumento de 8.3% face a 2021, explicado principalmente pelo aumento dos gastos com o pessoal (6%) e dos fornecimentos e serviços externos (24.7%). Verificou-se que vários funcionários, tendo em consideração a sua antiguidade, subiram o seu nível salarial.

Na seguinte tabela apresenta-se a evolução das diferentes rubricas de gastos:

Gastos	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Varição
Géneros Alimentares	230 532	210 148	184 745	198 421	299 448	270 332	215 038	177 080	211 145	19,2%
FSE	508 041	574 082	637 868	625 425	640 567	652 350	686 647	638 165	796 052	24,7%
Gastos com o Pessoal	1 474 969	1 574 958	1 496 150	1 535 210	1 681 792	1 885 640	1 827 430	1 940 203	2 056 101	6,0%
Depreciações	173 752	186 528	194 008	177 703	172 961	175 748	178 478	163 442	156 484	-4,3%

Outros gastos e perdas	18 009	6 683	8 686	9 866	10 510	21 709	6 732	29 868	10 493	-64,9%
Juros Suportados	175 956	149 546	162 675	153 257	173 091	134 523	124 871	123 888	97 063	-21,7%
Total	2 581 260	2 701 945	2 684 132	2 699 882	2 978 369	3 140 302	3 039 196	3 072 646	3 327 339	8,3%

Tabela n.º 7- Evolução dos gastos

Os gastos com o pessoal mantêm-se como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da FADS, representado 62% dos gastos totais, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos com 24%. De seguida apresenta-se a estrutura de gastos em 2022.

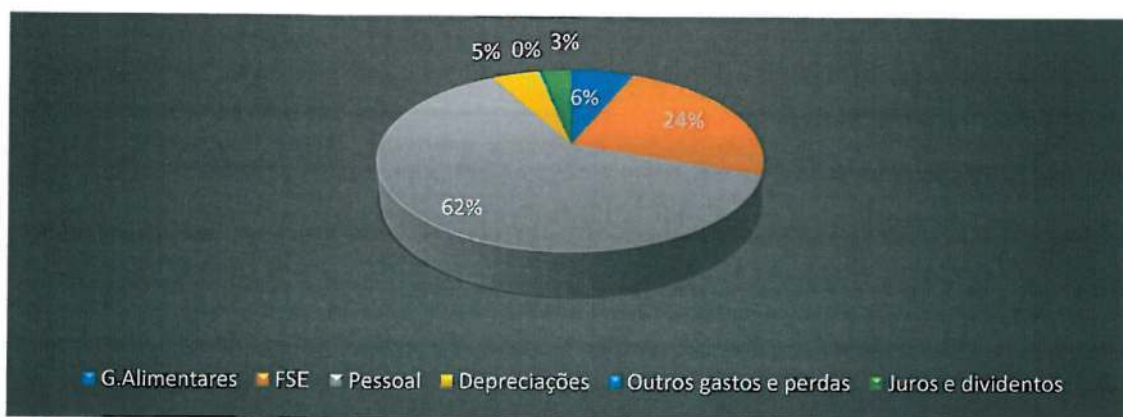


Gráfico n.º 2- Estrutura de gastos

1.9.4. Outros indicadores

Do total dos rendimentos da instituição, 64% são canalizados para fazer face aos gastos com o pessoal. As mensalidades recebidas são suficientes para fazer face a 43% dos gastos com o pessoal e apenas 27% dos gastos totais, o que reforça a grande dependência da instituição de subsídios atribuídos por terceiros.

Na tabela seguinte pode-se observar a evolução da relação entre gastos e rendimentos desde 2015.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Varição
Gastos com Pessoal / total rendimentos	58%	53%	55%	58%	60%	60%	66%	64%	-2%
Consumo G. Alimentares / total rendimentos	8%	7%	7%	10%	9%	7%	6%	7%	10%
FSE / total rendimentos	21%	23%	22%	22%	21%	23%	22%	25%	15%
Mensalidades / Gastos com Pessoal	61%	67%	66%	66%	60%	52%	46%	43%	-6%
Subsídios / Gastos com Pessoal	109%	117%	112%	103%	100%	110%	102%	109%	6%
Mensalidades / gastos totais	35%	37%	37%	38%	36%	31%	29%	27%	-8%
Subsídios / gastos totais	64%	65%	64%	58%	60%	66%	65%	67%	4%

Tabela n.º 8- Indicadores diversos

1.10 Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos.

Foram renegociados um conjunto de contratos com diversos fornecedores.

1.11 Dificuldades Económicas e Financeiras

No ciclo de vida de uma empresa há determinadas circunstâncias que podem conduzir a dificuldades em honrar compromissos junto dos seus credores.

Com base na informação relatada constata-se que a FADS se encontra numa situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente e o Conselho de Administração está a preparar um Processo Especial de Revitalização.

1.12 Agradecimentos

Ao concluir este Relatório de Actividades, a Administração, quer ainda expressar o seu agradecimento:


- Aos trabalhadores é justo reconhecer o trabalho e esforço realizado, a dedicação assumida nas suas tarefas, pelo que, todos são merecedores de sinceros agradecimentos;
- Aos membros de todos Órgãos Sociais;
- À Administração Central, Regional e Local e, em particular ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro e ARS Algarve;

- Ao Novo Banco, Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos e Crédito Agrícola enquanto instituições financeiras que apoiam o projecto da Fundação;
- Ao Revisor Oficial de Contas que analisa e certifica as contas;
- Aos restantes fornecedores de Produtos e Serviços.

Faro, 15 de março de 2023

A Administração

 (Orlando Vargas)	 (Luis Coelho)	 (Nuno Carrilho)
 (Fernando Marques)	 (Paulo Bernardo)	 (Luis Neves)
 (Mário Cruz)		



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	5 920 651,00	6 071 681,56






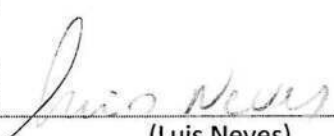
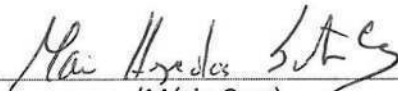
Activos intangíveis	5	2 707,58	3 328,58
Investimentos financeiros	5	35 509,81	28 223,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		5 958 868,39	6 103 234,05
Activo corrente			
Clientes	10	168 641,92	91 090,45
Estado e outros Entes Públicos	10	8 662,77	8 677,15
Outras contas a receber	10	257 273,25	192 269,03
Diferimentos	10	8 095,01	8 002,38
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4	99 590,62	284 866,51
Subtotal		542 263,57	584 905,52
Total do activo		6 501 131,96	6 688 139,57
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	239 423,00	239 423,00
Reservas	10	805 034,07	805 034,07
Resultados transitados	10	-62 194,47	72 553,85
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	1 000 458,97	1 025 978,13
Resultado Líquido do período	10	-137 532,35	-134 748,32
Total do fundo do capital		1 845 189,22	2 008 240,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	3 096 692,30	3 289 347,42
Outras contas a pagar	10	609,00	609,00
Subtotal		3 097 301,30	3 289 956,42
Passivo corrente			
Fornecedores	10	447 601,44	453 545,44
Adiantamentos de Utentes		13 125,83	32 686,66
Estado e outros Entes Públicos	10	128 840,15	102 825,23
Financiamentos obtidos	10	456 948,08	350 044,59
Diferimentos	10	38 101,76	29 405,49
Outras contas a pagar	10	474 024,18	421 435,01
Outros passivos financeiros			
Subtotal		1 558 641,44	1 389 942,42
Total do passivo		4 655 942,74	4 679 898,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 501 131,96	6 688 139,57

2.2 Demonstração dos Resultados – Exercício de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	882 977,63	886 286,66

Subsídios, doações e legados à exploração	6	2 231 541,42	1 985 058,48
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-211 145,02	-177 080,18
Fornecimentos e serviços externos		-796 051,77	-638 165,06
Gastos com o pessoal	10	-2 056 101,41	-1 940 203,12
Outros rendimentos e ganhos		75 287,16	66 552,41
Outros gastos e perdas		-10 493,30	-29 867,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		116 014,71	152 581,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-156 484,21	-163 441,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-40 469,50	-10 860,15
Juros e gastos similares suportados	6	-97 062,85	-123 888,17
Resultados antes de impostos		-137 532,35	-134 748,32
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-137 532,35	-134 748,32

A Administração

 (Orlando Vargas)	 (Luís Coelho)	 (Nuno Carrilho)
 (Fernando Marques)	 (Paulo Bernardo)	 (Luís Neves)
 (Mário Cruz)		

A Contabilista Certificada


(Ana Martins)

3. PROPOSTA

O Conselho de Administração submete à aprovação do Conselho de Administração a seguinte proposta:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2022;


2. Que os resultados negativos obtidos no montante de 137.532 euros tenham a seguinte aplicação:

a) A importância negativa de 137.532 euros para Resultados Transitados.

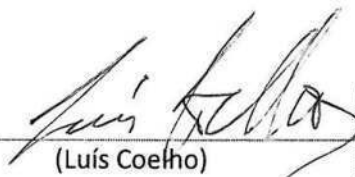
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores da FADS e a todas as entidades que com ela se relacionaram no decurso de 2022, sem os quais a gestão relatada não podia ter sido possível.

Faro, 15 de março de 2023

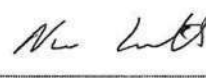
A Administração



(Orlando Vargas)



(Luís Coelho)



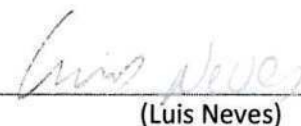
(Nuno Carrilho)



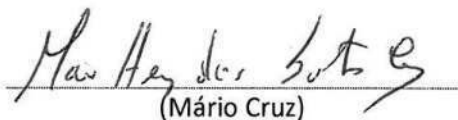
(Fernando Marques)



(Paulo Bernardo)



(Luís Neves)



(Mário Cruz)

4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores membros do conselho de administração:

1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos apresentar ao Conselho de Administração o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora que exercemos na FUNDAÇÃO ALGARVIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e o nosso Parecer sobre o Relatório da Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, relativamente ao

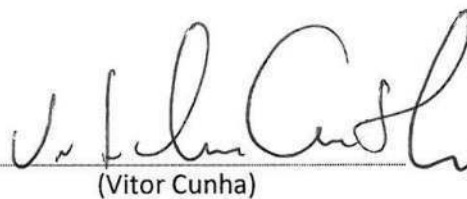
exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que nos foram entregues pelo Conselho de Administração para apreciação e parecer.

2. Durante o ano, acompanhámos com regularidade a actividade desenvolvida pela Fundação, tendo recebido do Conselho de Administração e da Comissão Executiva todos os elementos e esclarecimentos necessários ao exercício das nossas competências.
3. No desempenho da nossa ação fiscalizadora, procedemos à verificação dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, tendo prontamente recebido dos serviços a colaboração necessária.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação das Contas emitida pela Sociedade de Revisores de Contas, com a qual manifestou a sua concordância.
5. O Balanço e Demonstração de Resultados, encontram-se elaborados em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais complementados com as Notas explicativas traduzem com veracidade a situação financeira e patrimonial da Fundação.
6. Face ao exposto e tendo verificado que a Fundação foi administrada de acordo com a lei e os estatutos, somos de parecer:
 - a) Que aproveis o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2022.
 - b) Que aproveis o Relatório da Administração e a proposta de aplicação de resultados.

Faro, 15 de março de 2023

O Conselho Fiscal


(Manuel Alexandre)


(Vitor Cunha)

*M
R
S
G*



5. RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pela Administração da **Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Instituição, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, é nossa convicção que o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, são suficientemente esclarecedores da situação da Instituição e satisfazem as disposições legais em vigor.



PARECER

Considerando as análises e trabalhos efectuados, somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Albufeira, 6 de março de 2023


Daniel Jorge Gonçalves Vicente, ROC n.º 1041

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022, que evidencia um total de 6.501.132 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 1.845.189 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 137.532 euros, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da Lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um elevado nível de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



Inscrição na OROC N.º 1041 • Contribuinte N.º 161 619 165
Inscrição na CVM N.º 20160650

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar à atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal pelo Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



DV Daniel Vicente
Revisor Oficial de Contas

Inscrição na OROC N.º 1041 • Contribuinte N.º 161 619 287
Inscrição na OVM N.º 2012/0055

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Albufeira, 6 de março de 2023

Daniel Jorge Gonçalves Vicente ROC N.º 1041

